

EVASÃO E ABANDONO NO ENSINO MÉDIO

Helena Pakenas

Supervisora Escolar na Diretoria Regional de Educação – São Mateus

helep@uol.com.br

José de Jesus Filho

Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP da Fundação Getúlio

Vargas - FGV

jjesusfilho@gmail.com

Resumo: A universalização gradual do ensino médio de qualidade à população brasileira tem sido um grande desafio, não só pelas especificidades, mas também para cumprir sua função de preparar o egresso para o exercício pleno da cidadania e mundo do trabalho. Acredita-se que aspectos como evasão e abandono estão relacionados a razões econômicas precárias, que levam o jovem a trabalhar precocemente, mas um currículo propedêutico e extenso podem contribuir para essa situação. A presente pesquisa tem por objetivo verificar os principais fatores que resultam no abandono e na evasão escolar entre os alunos desse nível de ensino, a partir da leitura de vários autores especialistas no tema. Os resultados da análise mostram que a Legislação contempla propostas curriculares considerando a articulação entre as diferentes dimensões do trabalho de formação profissional do cidadão/aluno, entretanto, os autores apontam que condições de acesso e segurança precárias; falta de vagas/ professor/ material didático; e também por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles contribuem para evasão. Os altos índices de reprovação e abandono aumentam a distorção idade-série – onde 30% têm atraso de 2 anos ou mais. Destaca-se a importância de tornar o jovem protagonista de suas ações e investir mais na formação de professores, discussão de currículo e modificação da dinâmica em sala de aula para que essa etapa seja mais coerente com os desafios impostos pela sociedade.

Palavras-chave: Evasão, Ensino Médio, (re)avaliação de currículo, gestão da educação; educação básica.

Abstract:

The gradual universalization of secondary education for the Brazilian population has been a great challenge, not only for the specificities but also to fulfill its function of preparing the egress for full exercise of citizenship in addition for the work market. It is believed that evasion and abandonment of the students are related to only precarious life opportunities that lead them to go earlier to work, but also propaedeutic and extensive curriculum in this instruction phase contribute to this. The research aims to analyze the main factors, which result in abandonment and school dropout. The results of the analysis have shown that the Legislation for curricular propositions considers an articulation between the different dimensions of the work of professional training of the citizen / student. In spite of this, the authors point out the poor conditions of access and security; lack of vacancies / teacher / didactic material and also because the students consider that the training is not really significant. The higher index of reprobation and abandonment increased age-series distortion (30% have delay of 2 years or more.). It

stands out the chance to the scholar become a protagonist of its actions, policies to foster teacher qualification, the dynamics of the curriculum and of the classroom changes, so that high school education will be more coherent with the purpose that society demands.

Keywords: Evasion, High School, curriculum (re)evaluation, education management; basic education.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal do presente artigo científico é apresentar quais as principais causas do abandono e evasão escolar no ensino médio. Especificamente, pretende-se verificar os principais fatores intra e extraescolares que resultam no abandono e na evasão escolar entre os alunos desse nível de ensino.

E finalmente, é preciso investigar os impactos das políticas públicas para o ensino médio, principalmente as que propõem reduzir as preocupantes estatísticas apresentadas sobre abandono e evasão

O ensino médio atualmente constitui-se em um nível de ensino repleto de desafios, porém, não podemos negar a sua importância na formação dos estudantes.

Esse nível de ensino apresenta a dicotomia entre preparar o aluno para o ensino superior ou para sua inserção no mercado de trabalho, não perdendo de vista a formação do cidadão que deverá colaborar por uma sociedade mais humana. Segundo o censo escolar de 2013 compilado na plataforma QEdu, dos 8,3 milhões de jovens matriculados no ensino médio em 2013, 659 mil abandonaram os estudos (8,1%) e 977 mil foram reprovados naquele ano (11,9%). Os dados apresentados são preocupantes porque demonstram a fragilidade do sistema educacional presente neste nível de ensino e explicita a formação precária e/ou a ausência de formação, prejudicando os jovens e a sociedade como um todo.

O Brasil definiu através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996 através da emenda constitucional nº 59/2009 a obrigatoriedade de estudos a ser implementada progressivamente até 2016 para os adolescentes dos 15 aos 17 anos. O acesso ao ensino médio é muito importante, porém, a permanência do educando neste nível é o grande desafio a enfrentar, bem como, a conclusão do curso, que deverão ser permeados pela qualidade do trabalho educacional.

A sociedade constata a pouca qualidade no ensino médio através dos níveis de aprendizado distantes das metas preconizadas como ideais e salientadas pelo IDEB. A questão que não se cala refere-se ao grande número de jovens que avançam na idade

cronológica, sem finalizar a conclusão do ensino médio, pois evadem-se e abandonam esse nível de ensino.

O presente artigo salienta que o ensino médio é altamente impactado pelas condições de renda das famílias, muito vulneráveis, supondo-se que uma das razões que explicam a evasão e o abandono são as relativas às razões econômicas precárias que levam o jovem a trabalhar precocemente ou a não possuir condições de investir no curso.

Também há a necessidade de adentrar nos problemas internos do sistema escolar para explicar o abandono e a evasão. O currículo propedêutico também contribui para o fracasso desse nível de ensino, pois, afasta ainda mais o educando, que não percebe significado ao que está sendo ensinado. A articulação entre a vida e o mundo do trabalho inexistente na escola atual de ensino médio, levando o aluno a perceber-se pouco protagonista, não desenvolvendo o sentimento de pertencimento em relação à escola. O debate atual sobre o ensino médio e a alteração de sua trajetória deverão ser encarados com muita seriedade pela sociedade.

O presente artigo retrata reflexões sobre o ensino médio regular, pois, o mesmo, concentra demanda significativa deste nível de ensino. A pesquisa descritiva baseada em leituras de vários autores, busca apresentar um conjunto de análises dos problemas do ensino médio, especialmente, os que envolvem a evasão e o abandono, bem como, conhecer políticas públicas para diminuí-los.

Para analisar e identificar as possíveis causas do abandono e evasão no ensino médio e refletir sobre os necessários encaminhamentos para sanar a presente problemática, após levantamento minucioso de bibliografia envolvendo o problema a ser estudado, o foco foi direcionado para ideias e sugestões que auxiliassem no apontamento de alternativas para a minimização ou elucidação do problema do presente artigo.

DESENVOLVIMENTO

O ensino médio no Brasil enfrenta muitas questões desafiadoras quando iniciamos uma reflexão sobre a sua organização. O novo modelo de globalização, baseado na flexibilização e na integração dos processos de trabalho, demanda não apenas conhecimentos técnicos e explícitos, mas também amplas habilidades cognitivas e características comportamentais, como: capacidade de abstração, raciocínio, domínio

de símbolos e de linguagem matemática; iniciativa, responsabilidade, cooperação, capacidade de decisão para o trabalho em equipe, etc. (HIRATA, 1996; PAIVA, 1995).

Ao lado disso, mudanças ocorridas no mundo do trabalho vêm pondo em xeque os marcos de entrada na vida adulta e tornado difícil a transição para essa etapa da vida (ATTIAS-DONFUT, 1996). As várias leis de diretrizes e bases já elaboradas no País tentaram enfrentar a tensão entre um ensino de formação geral e outro voltado para a profissionalização, sendo a Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/711 a mais expressiva e criticada, por tentar resolvê-la compulsoriamente.

Essa dualidade e a posterior indefinição do perfil de escola média têm sido acentuadas há décadas pela literatura acadêmica como falta de identidade desse nível de ensino (Franco, 1983; Zibas, 1992). A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 pretendeu abolir tal polêmica, ao considerar o ensino médio como etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e a cidadania. A progressiva expansão do ensino médio trouxe outro desafio a ser enfrentado: é que a democratização do acesso implicaria maior heterogeneidade do corpo discente, e a mudança do perfil do alunado, consequências para o currículo, para os métodos pedagógicos e para a formação dos professores, que iriam lidar com um público cada vez mais diverso e sem histórico familiar de frequência a esse nível de ensino.

Para tanto, a LDB estipulava que a estrutura curricular do ensino médio deveria conter uma base nacional comum, mas 25% dos conteúdos ficariam sob a responsabilidade das unidades escolares, de modo a contemplar as necessidades e os interesses regionais e locais e dos alunos.

Ao preservar a autonomia dos sistemas estaduais e propiciar condições legais para que, a médio e a longo prazo, as escolas pudessem elaborar suas próprias propostas pedagógicas, de maneira diversificada, a Lei buscava aprofundar o espírito descentralizador da proposta organizacional do ensino médio (Zibas, Ferretti & Tartuce, 2004).

Sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996 através da emenda constitucional nº 59/2009 explicitou a obrigatoriedade de estudos a ser implementada progressivamente até 2016 para os adolescentes dos 15 aos 17 anos.

A citada obrigatoriedade visa a universalização do ensino médio à população brasileira, corroborando para que, como etapa final da educação básica, e dada sua especificidade, haja seu fortalecimento.

Remontando a anos anteriores, precisamente, na década de 1990, no país, a média de estudo das pessoas de dez anos ou mais de idade girava em torno de cinco anos (Brasil, 1995). As medidas tomadas nos últimos 15 anos de universalização e correção do fluxo no interior do sistema buscaram favorecer a continuidade dos estudos até a 8ª série.

Com isso, houve forte pressão dos concluintes do ensino fundamental para a entrada no ensino médio. Simultaneamente, a demanda dos jovens por maior escolaridade diante das exigências do mercado de trabalho fez com que houvesse explosão das matrículas nesse nível de ensino (Neubauer & Rose, 2011). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação, nos fornece dados interessantes sobre a citada modalidade de ensino, pois, nos situa sobre a complexidade dos números que envolvem esse universo.

Segundo o último censo escolar divulgado no ano de 2013, o país possuía 8.312.815 matrículas, em escolas públicas e privadas no ensino médio, um salto considerável de aumento da demanda nos últimos anos.

Em contrapartida, uma dura realidade assombra o ensino médio, ou seja, os dados consistentes de evasão e abandono dessa modalidade. Segundo o site da Revista Nova Escola abandono e evasão - referem-se a momentos escolares diferentes. Se o aluno não conseguiu finalizar o ano letivo por excesso de faltas, costumamos dizer que abandonou o curso. No entanto, se no ano seguinte este mesmo aluno não se matricular para cursar novamente a série que abandonou, ele passa a fazer parte das estatísticas de evasão escolar.

Segundo o censo escolar de 2013 compilado na plataforma QEdu dos 8,3 milhões de jovens matriculados no ensino médio em 2013, 659 mil abandonaram os estudos (8,1%) e 977 mil foram reprovados naquele ano (11,9%). Segundo Cláudio de Moura Castro (2009), isso se deve a um conjunto de causas, a saber: a) a manutenção de um currículo abarrotado de conteúdo das mais diversas naturezas; b) a adoção de um mesmo vestibular para o ingresso em diferentes carreiras do ensino médio, o que acaba por nivelar todas as escolas; c) a precariedade do corpo docente, em especial no que concerne às áreas das Ciências Exatas; d) o pouco tempo para ensinar e aprender tudo que é previsto

Segundo Krawcz (2013) a evasão que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no ensino médio, aponta para uma crise de legitimidade da escola, que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem estudando. A universalização do acesso ao ensino fundamental e os mecanismos para a redução da reprovação contribuíram para a maciça procura pelo ensino médio. Entre 1990 e meados de 2000, as matrículas mais do que dobraram. É necessário, porém observar, que os números atualmente se mantêm estáveis, parte pela culpabilidade do binômio distorção idade-série, parte pelo desinteresse do jovem pela escola que temos nos dias de hoje.

Com base em dados do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) comprovou que começar o ensino médio com atraso é um fator que leva à desistência. A desistência também ocorre com os alunos que o cursam na idade correta, ou seja, apenas 45% conseguem completar os três anos em apenas três anos, o que nos remonta à discussão sobre a qualidade do ensino, sobre a defasagem de aprendizagem, falta de professores, resultados pífios nas avaliações externas e a ausência de identidade do jovem para com essa modalidade.

Segundo Shiroma (2011.p.76) em 17 de abril de 1997, por meio do Decreto 2.208, estabeleceu-se a separação formal entre Ensino Médio e técnico. A autora explicita que ao apartá-los produziu, para cada um, organizações e currículos específicos. Ambos se regem pelo princípio da flexibilidade, com um ensino modular cujo intento é o de oferecer maiores oportunidades de entrada e saída do sistema, tendo em vista a empregabilidade dos alunos. Shiroma (2011.p.77) continua pontuando que o divórcio entre ensino médio e técnico parece ter respondido, numa só cartada, a mais de um interesse.

Suprimiu-se o estatuto da equivalência, recuperando uma antiga ambição da legislação educacional brasileira; parte do ensino pós compulsórios foi transformada em estritamente profissionalizante, adquirindo caráter terminal, e parte manteve-se propedêutico. Posteriormente, na implementação de novas políticas do Governo Lula para o ensino médio e a educação profissional, insere-se a revogação do Decreto nº 2.208 de 1997, e a aprovação do Decreto nº 5.154 de 2004, (posteriormente, com a Lei nº 11.741 de 2008), que estabelece a flexibilização na articulação do ensino médio com o ensino técnico e o incentivo do retorno do ensino técnico integrado (Simões, 2011).

Essa nova Legislação contempla propostas curriculares considerando a articulação entre as diferentes dimensões do trabalho de formação profissional do cidadão/aluno, na perspectiva da oferta pública da educação profissional técnica de nível médio, enfatizando o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, como princípios fundadores da organização curricular integrada ao ensino médio (Beloni, Belmiro & Marcos, 2009). A defesa pela integração entre formação geral e profissionalizante e as críticas ao Decreto nº 2.208/97 foram parcialmente atendidas no Decreto nº 5.154/2004, que, segundo Nosella (2011, p. 1057), “permite tudo: tanto o ensino médio separado, como o integrado”.

Krawczyk (2011) explicita que o ensino médio representa apenas os três ou quatro últimos anos da educação básica, mas talvez os mais controvertidos, o que traz dificuldades no momento de definir políticas para essa etapa da escolarização. Fala-se da perda da identidade, quando na verdade o ensino médio nunca teve uma identidade muito clara, que não fosse o trampolim para a universidade ou a formação profissional.

A autora salienta que essa organização encaminha jovens de classes sociais distintas para trajetórias diferenciadas não só educacionais, mas sobretudo sociais e econômicas. Segundo Arroyo (1993, p.21), a diferença de classes é o principal fator para o fracasso escolar das camadas populares e salienta: “As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas a as soluções com políticas regionais e locais”.

Oliveira (2012, p.156) pontua que a ideologia da pedagogia das competências e da tese da empregabilidade, assim como a construção de um imaginário social de que as pessoas se qualificando, investindo na sua formação, irão ter um emprego na sociedade sem emprego, revitaliza e ressignifica a teoria do capital humano ou da velha promessa integradora da escola.

Krawczyk (2011) explicita que mesmo que a escola não seja suficientemente atraente, o que não se pode ignorar, contudo, é o aumento do número de anos de escolaridade entre as gerações mais jovens brasileiras, embora estejamos aquém de outros países latino americanos, uma vez que persistem distorções série-idade e taxas de analfabetismo funcional.

Isso significa afirmar que o Brasil está agora diante de uma geração de jovens de baixa renda, mais escolarizada que seus pais, mas com muitas dificuldades para encontrar sentido na vida escolar, para pensar no mundo do trabalho a partir da escola e para conseguir trabalho. É importante notar a tendência decrescente nos últimos 10 anos

da proporção de jovens que apenas estudam e que estudam e trabalham, e o aumento dos que apenas trabalham. Tal dado vem reforçar a hipótese de que o ingresso no mercado de trabalho consiste em um dos importantes motivos da evasão escolar.

Boa parte dos jovens que apenas trabalham são os mesmos que não completaram o ensino médio (Moraes & Kruppa, 2013). O trabalho é uma questão central para os jovens brasileiros. Tal como observam Corrochano et al. (2008), reconhecer que em nosso país “o trabalho também faz a juventude” não significa, de maneira ingênua, defender o trabalho de adolescentes e jovens, mas ao contrário,

“implica admitir que a construção da condição juvenil decorre de um complexo de valores sedimentados sob o ponto de vista social e histórico, e que, no Brasil, uma alteração desse quadro deveria ser a expressão de mudanças estruturais mais substantivas que atenuem as profundas desigualdades sociais, submetidas a processos de longa duração” (Sposito, 2005, p. 106).

Estudos, tais como Cratty (2012) e Stratton et al. (2008), ajudam a entender os “eventos” que podem mudar os incentivos dos jovens a continuarem estudando, como trabalho, maternidade e reprovação. De fato, jovens de baixa renda enfrentam pressões materiais (ou tornam-se pais) e necessitam trabalhar antes de concluírem os estudos e as adolescentes que engravidam precocemente e passam a constituir uma família própria. Uma das hipóteses mais recorrentes dessa literatura diz respeito ao argumento de que as condições de pobreza forçariam o jovem a desistir dos estudos para trabalhar.

Oliveira (2012, p.166) pontua que o entendimento da diversidade juvenil e da condição de sujeito dos jovens, sobretudo dos filhos da classe trabalhadora, é fundamental para a formulação das políticas de educação e qualificação profissional da juventude, uma vez que quase sempre as ações nesse setor são definidas apenas por critérios econômicos sem a devida consulta aos próprios jovens a respeito de suas disposições e de seus interesses, o que gera políticas de controle social e de amoldamento da juventude aos interesses do mercado de trabalho.

Uma pesquisa recente realizada pelo Ibope em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul mostrou que a ausência dos professores em sala de aula era muito comum; quando oferecida, a duração das aulas era inferior ao tempo previsto e, em muitos casos, a

presença do aluno em sala de aula era baixa. Como consequência, as oportunidades de interação entre alunos e professores atingiam, em alguns casos, a metade da carga horária prevista (Ibope, 2011). Em função desse tipo de dinâmica, uma parcela significativa dos nossos jovens abandona o ensino médio antes de completá-lo, embora nem todos cheguem a ingressar no mercado de trabalho.

Esse grupo tem sido enquadrado na categoria dos que “nem trabalham, nem estudam”, tratada em algumas abordagens como correspondente aos chamados “jovens em situação de risco” (Bercovich, Madeira & Torres, 1997). As elevadas proporções de jovens que nem trabalham, nem estudam – números que atingem 24% dos jovens aos 18 anos de idade e 25% aos 20 anos – são, particularmente, perturbadoras. De certa forma, tais números contradizem a proposição de que o trabalho precoce justificaria o abandono escolar (Bercovich, Madeira & Torres, 1997). De acordo com Oliveira (2012, p.5 *apud* Campos 2003), os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados a partir do momento em que o aluno deixa a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles. Continuando com a mesma linha de pensamento, Digiácomo (2011, p. 01) afirma que as causas da evasão escolar vão desde a necessidade de trabalho do aluno, como forma de complementar a renda da família, até a baixa qualidade do ensino, que desestimula aquele a frequentar as aulas, via de regra inexistem, salvo honrosas exceções, mecanismos efetivos e eficazes de combate à evasão escolar tanto em nível de escola quanto no nível de sistema de ensino, seja municipal, seja estadual. Sendo assim, possível que o abandono escolar esteja também atrelado à repetência, à desmotivação e a falta de vínculo com os conteúdos oferecidos no Ensino Médio e que são percebidos pelos jovens em situação vulnerável.

O ensino médio Brasileiro é cercado de questões relevantes que abarcam o acesso, a qualidade e a permanência. Ultimamente percebe-se que as vagas no ensino médio foram ampliadas, sobretudo, devido à democratização do ensino fundamental e sua recente universalização. O crescente acesso a esse nível, porém, expõe de maneira contundente os desafios a enfrentar como a infraestrutura predial precária, a falta de professores, principalmente na área de exatas, além de um currículo propedêutico e

ausência de propostas para o trabalho com a diversidade, problemas que agregados, resultam em altos índices de abandono e evasão dos estudantes.

Embora existam dificuldades, percebe-se um processo de transição envolvendo o ensino médio, ou seja, a presente modalidade atendia poucos alunos e atualmente está aberta para todos, sem exceção. O fluxo escolar é algo que é necessário destacar, pois, a distorção idade-série resvala para consideráveis taxas de evasão, resultantes da cultura da repetência.

Concordamos com Krawczyk (2011) que explicita que o ensino médio representa apenas os três ou quatro últimos anos da educação básica, mas talvez os mais controvertidos, o que traz dificuldades no momento de definir políticas para essa etapa da escolarização. Fala-se da perda da identidade, quando na verdade o ensino médio nunca teve uma identidade muito clara, que não fosse o trampolim para a universidade ou a formação profissional. A ausência de identidade do ensino médio é muito explícita, porque, o ensino propedêutico desestimula o aluno, que por sua vez, não percebe sentido no aprendizado, pouco significativo para a vida. A dicotomia do ensino médio entre preparar para a Universidade (vestibular) e/ou para o mercado de trabalho traduz ainda mais a insatisfação do alunado que não é contemplado em suas reais necessidades.

O ensino médio possui certa magnitude, pois, de acordo com o Censo Escolar de 2014 o Brasil estava atendendo cerca de 8.194.247 estudantes. (Censo Escolar/INEP, 2014 – acesso no site QEdu.org.br).

Embora o país esteja avançando no quesito acesso ao ensino médio, temos a resolver o grande problema da permanência do educando nesse nível, pois, o aluno inicia o curso, mas não o finaliza, como pode-se observar nos dados abaixo (Tabelas 1 e 2):

Tabela 1. Etapa escolar da Educação Básica e indicadores de conclusão ou evasão.

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	6,2% 969.540	1,1% 170.440	92,7%14.559.505
	reprovações	Abandonos	aprovações
Anos Finais	11,7% 1.489.598	3,5% 450.317	84,8%10.820.271
	reprovações	Abandonos	aprovações
Ensino Médio	12,2% 1.000.710	7,6% 620.194	80,2%6.573.345
	reprovações	Abandonos	aprovações

Tabela 2. Detalhamento dos dados para os três anos do Ensino Médio

Ensino Médio	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	17,0% 571.485	9,5% 319.359	73,5% 2.470.829
	reprovações	Abandonos	aprovações
2º ano EM	11,0% 286.815	7,1% 185.126	81,9% 2.135.462
	reprovações	Abandonos	aprovações
3º ano EM	6,4% 142.412	5,2% 115.710	88,4% 1.967.055
	reprovações	Abandonos	aprovações

Fonte: Censo Escolar 2014, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.

É interessante observar que os dados relativos ao ensino médio são muito preocupantes, porque, no primeiro ano desse nível, percebemos altos índices de reprovações e abandono, o que acaba ocasionando um decréscimo de demanda nos demais anos a serem ofertados. A reprovação acaba desestimulando o jovem, que sem perspectiva, ou abandona a escola ou migra para o ensino noturno, que também não atenua a desmotivação, postergando, somente por algum tempo, a decisão do abandono. É importante enfatizar que índices altos de reprovação e abandono também podem aumentar a distorção idade-série. Segundo dados oficiais, no Brasil, de 2006 até 2013, de cada 100 alunos, aproximadamente 30 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais (INEP, 2014)

Em termos de qualidade também se observa poucos avanços, principalmente se considerarmos a rede pública, a que mais atende a população. O IDEB relativo ao Ensino Médio ano de 2013 aponta que a rede pública não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,0, ficando com o índice 3,4 (INEP, 2014). Para tornar o Ensino Médio em consonância com as necessidades dos jovens e da sociedade atual, evitando o abandono, a evasão e a reprovação, é preciso voltar o olhar para seus cruciais desafios e propor soluções.

É urgente refletir e repensar o ensino médio. O ensino médio oferecido atualmente está distante das necessidades dos jovens, que por sua vez, não conseguem perceber a conexão entre a escola e a realidade vivida ao cursá-lo, resultando em expectativas vazias. Há ainda a ideia que o aluno é uma tábula rasa, que precisa unicamente de informações, desprezando seu percurso de construção de conhecimentos.

Para quebrar essas amarras é preciso ouvir e dar voz ao jovem, o tornando protagonista de suas ações. Para isso, a formação dos professores deve ser alvo de investimentos de atualização tecnológica e didática, para possibilitar uma ampliação de conhecimentos gerais, culturais e práticos, condizentes com os desafios impostos pela sociedade aos jovens estudantes do ensino médio. Esse nível de ensino deve abrir-se para a utilização da tecnologia, possibilitando o uso dos diversos aplicativos para despertar o interesse do aluno, evitando a desmotivação. É urgente reconquistar a atratividade do ensino médio para o jovem.

Também é preciso retomar as discussões sobre o Currículo do ensino médio, discussão essa, que retorna atualmente com força, inclusive na mídia. O currículo do ensino médio é considerado distante das necessidades da juventude brasileira. A sua extensão e principalmente a maneira como está organizado dificulta muito o seu redimensionamento. Um fator agravante e que está sendo desvelado paulatinamente é a transformação do Ensino Médio em um nível de preparação unicamente para o ENEM e para o vestibular, desprezando a formação do cidadão.

Há propostas para a construção de uma Base Nacional Comum Curricular, que define o desenvolvimento de conhecimentos de maneira uniforme, em torno de 60%, e os outros 40%, ficariam a critério dos Estados e Municípios, porém, essa documentação até agora não saiu do papel.

Há também que se discutir o ensino médio profissionalizante e os entraves para seu pleno funcionamento. Compactuamos com Shiroma (2011.p.77) quando pontua que o divórcio entre ensino médio e técnico parece ter respondido, numa só cartada, a mais de um interesse. O planeta passa por intensas mudanças principalmente tecnológicas. As mudanças impõem desafios para a sobrevivência da própria humanidade.

A parte abastada do planeta não possuirá dificuldades em adaptar-se às rápidas alterações impostas pelo capitalismo e o seu consumismo desenfreado. A parte do planeta mais prejudicada será a dos países pobres, que ficam alijados de novas formas de comunicação e de novas formas de relacionar –se com o mundo do trabalho, altamente mutante.

A proposta de pensar um ensino médio que constitua o sujeito como cidadão e além disso, lhe possibilite de maneira integrada, a preparação para o mercado de trabalho, estimularia possibilidades de vencer as desigualdades e a exclusão. É preciso para isso buscar novas rotas que ultrapassem uma educação tecnológica e profissional que visa somente o treino do aluno, futuro trabalhador.

A formação deverá ser integradora, e que colabore com a construção do cidadão que se posiciona na sociedade e a vive de maneira plena, tendo o trabalho como princípio educativo. É necessário enfatizar que a presente geração é a mais escolarizada de todos os tempos, porém, há quebras de liames entre a escolarização e a profissionalização dos jovens que estão inseridos nas periferias urbanas.

Concordamos com Arroyo (1993, p.21), quando explicita que a diferença de classes é o principal fator para o fracasso escolar das camadas populares e salienta: “As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais”.

Muito contribuiria para a diminuição das taxas de abandono, evasão e reprovação, uma política pública voltada aos direitos dos jovens, com a devida valorização da diversidade e da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso país ainda possui uma longa trajetória a percorrer visando universalizar o ensino médio. Primeiramente, deve ainda não descuidar do Ensino Fundamental, principalmente os anos finais, período que ocorre a distorção idade-série, que repercute negativamente no Ensino Médio. O Brasil também deveria implementar reformas profundas para que esse nível de ensino se recupere o mais rapidamente possível e contribua para o crescimento econômico.

Observa-se que mesmo ampliando o acesso para grupos excluídos, o que possibilitou pequeno avanço e certa mobilidade social, a legislação vigente, especificamente a emenda constitucional nº 59/2009 não assegura garantias para que a permanência do aluno na escola ocorra. As taxas consideráveis de abandono e evasão estão decaindo de maneira lenta de acordo com os dados levantados por essa pesquisa. Essa realidade torna ainda mais longínqua a universalização objetivada e conclusão do ensino médio pela maioria dos jovens brasileiros (principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade).

De acordo com vários autores, esse nível de ensino necessita de um olhar abrangente da sociedade e das autoridades educacionais visando amplas modificações, que devem traduzir-se em reformas. Estas devem agregar desde a inclusão do jovem na escola até o redimensionamento/ reanálise do currículo, os quais, possibilitarão que índices alarmantes do abandono, evasão e reprovação sejam minimizados.

Apesar de alguns jovens abandonarem os estudos no ensino médio devido ao trabalho, a grande maioria apresenta-se desmotivada devido à pouca atratividade dos estudos que lhes são oferecidos. É urgente também criar campanhas que mobilizem estados e municípios para o retorno dos alunos que abandonaram e evadiram-se desse nível de ensino, bem como, os que nunca o cursaram.

É premente a (re)construção de uma política pública que atenda aos interesses e necessidades dos alunos do ensino médio. Além disso, é essencial que profissionalização e formação geral no ensino médio, se fortaleçam, possibilitando escolhas e aprimoramento de competências necessárias para exercício pleno da cidadania.

A construção de uma escola democrática e que enfatize o protagonismo juvenil é de suma importância para acolher o jovem e torná-lo atuante e pertencente ao espaço escolar. Portanto, se faz necessário que as políticas públicas sejam reavaliadas com a participação desses atores, proporcionando uma educação de qualidade e intercultural, visando a inclusão do jovem, e a sua escolha, que poderá contemplar o acesso ao nível superior e ao mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M.G. (1993). Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester. Educação e Cidadania: quem educa o cidadão (4ª ed.). São Paulo: Cortez.
- ATTIAS-DONFUT, C. (1996). Jeneusse et conjugaisondestemps. Sociologies et sociétés: 28(1): 13-22.
- BELONI, B.M. (2009). Contexto Histórico e Políticas Públicas da Educação Profissional no séc. XXI. Apontamentos introdutórios-IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica.
- BERCOVICH, A.L., MADEIRA, F.R. & TORRES, H.G. (1997). Mapeando a situação do adolescente no Brasil. Trabalho apresentado no Fórum Nacional Adolescência, Educação e Trabalho. Belo Horizonte: Ministério do Trabalho.
- BRASIL.(1996). Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Brasília.
- BRASIL. (2009). Emenda Constitucional 59, de 11 de novembro de 2009.

- CASTRO, C. de M. (2009). Desventuras do ensino médio e seus desencontros com o profissionalizante. In: VELOSO, F. et al. (Org.). Educação básica no Brasil: construindo opais do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier.
- CASTRO, M.H.G. de. (2013). 1a Análise Seade, no 5.
- CORROCHANO, M. C. (2005). A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 17(2), 141-172.
- DIGIÁCOMO, M.J. (n.d.). Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar. Recuperado em 11 novembro de 2009, de http://w.ww.mp.ba.gov.br/atualizacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf.
- IBOPE, 2011. Audiência do Ensino Médio. São Paulo: Ibope/Instituto Unibanco (apresentação ppt).
- KRAWCZYK, N. (2011). Reflexões sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil, hoje. Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, 41(144), pp.
- KRAWCZYK, N. (2013). Políticas para o Ensino Médio e o seu potencial Inclusivo. 36ª Reunião Nacional da ANPED, 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO.
- NEUBAUER, R. (Coord). (2011). Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas. Revista brasileira Estágio pedagógico, Brasília, 92(230), 11-33.
- NOSELLA, P. (2011). Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. Educação & Sociedade, Campinas, 32(117), 1051-1066.
- OLIVEIRA, R. de. (Org). (2012). Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: Políticas Públicas em Debate. Campinas, SP: PAPIRUS.
- PORTILHO, G. (n.d.). Taxas de rendimento e de promoção. Recuperado em 12 setembro de 2015, de <http://revistaescola.abril.com.br/>.
- SHIROMA, E.O.; MORAES, M.C. de & EVANGELISTA, O. (2011). Política Educacional (4.ed.). Rio de Janeiro: Lamparina.
- SPOSITO, M. (2005). Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, P. P. M. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 87-127.

- SIMÕES, C.A. (2011). Políticas públicas do ensino médio. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, 5(8), 111-125,
- ZIBAS, D. (1992). Ser ou não ser: o debate sobre ensino médio. *Cadernos de Pesquisa*, 80, 62-74.
- ZIBAS, D.; FERRETTI, C.; TARTUCE, G. L. (2004). A gestão escolar como cenário de inovação educativa: o protagonismo de alunos e pais no ensino médio; cinco estudos de caso.[Relatório de pesquisa]. São Paulo: FCC, OEI.

Recebido 23/05/2017
Aprovado 26/10/2017